

1 LIÇÕES APRENDIDAS SOBRE OS IMPACTOS DA PESQUISA E EXTENSÃO NA SOCIEDADE: RELATO DA MESA-REDONDA

LESSONS LEARNED ABOUT THE IMPACT OF RESEARCH AND EXTENSION ON SOCIETY: round table report

Adriane Maria Arantes de Carvalho

Universidade FUMEC

<https://orcid.org/0000-0001-6754-8116>

adriane.arantescarvalho@gmail.com

A mesa-redonda “**Relatos e debate de lições aprendidas sobre os impactos da pesquisa e extensão na sociedade**” teve o propósito de discutir os impactos da pesquisa e da extensão na sociedade.

A pós-graduação no Brasil tem início nas décadas de 1950 e 1960. Além da preocupação com a formação de pessoas, e com a produção de conhecimento, a partir do V Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2005 - 2010 e do VI PNPGE 2010-2020 percebe-se uma ênfase na articulação entre as universidades e setores empresariais (CAPES, 2023, p.12). O Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, na sua Meta 14, aborda estratégias para financiamento e expansão da pós-graduação com o objetivo de aumentar o número de matrículas e de estabelecer uma maior interação da universidade com o desenvolvimento produtivo brasileiro (Kato; Ferreira, 2016). Ressalta-se que no ano da sua publicação não era possível prever os cortes orçamentários e as crises enfrentadas nos anos seguintes e que reduziram o ritmo de crescimento das matrículas (CAPES, 2023).

Dados do Observatório da Pós-Graduação *stricto sensu*, disponível na Plataforma Sucupira, apontam que, no ano de 2023, o país alcançou o número de 4.659 programas de pós-graduação *stricto sensu*, contra 3.568 programas em 2013, o que sinaliza um crescimento de 30,6% no período. Apesar dessa expansão, constata-se que a grande maioria dos PPG se concentra na região Sudeste (46,2%), seguida pelas regiões Sul (20,7%), Nordeste (19,7%), Centro Oeste (8,2%) e Norte (5,2%) (CAPES, s.d.). Os dados evidenciam uma assimetria na oferta de cursos e, conseqüentemente, no acesso. Apesar dos dados da educação superior serem coletados desde 1916 e sistematizados no censo da Educação Superior desde 1995, é apenas a partir da Portaria 99 da CAPES, de 9 de abril de 2024, que há a diretiva de que os dados relacionados à pós-graduação *stricto sensu* brasileira serão consolidados em um censo específico (CAPES, 2024).

Em relação à extensão universitária, é necessário resgatar um breve histórico no Brasil. Paula (2013) apresenta uma cronologia da extensão com três grandes etapas: I) anterior a 1964; II) de 1964 a 1985; e III) no período pós-ditadura. Na primeira etapa tem-se o Decreto do Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, que preconizava a transmissão vertical das pesquisas para uma população mais instruída. No início dos anos 1960 há uma aproximação com a concepção de extensão de Paulo Freire, expressa no livro “Extensão e Comunicação?” e por seu método de alfabetização, e com os movimentos populares, como o Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes - UNE (Gadotti, 2017; Paula, 2013). Frutuoso e Silva (2024) nomeiam essa fase como voluntarismo (a ação voluntária sócio comunitária).

A segunda etapa corresponde ao período do golpe de Estado e é “polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos” (Paula, 2013, p.15). O governo militar cria programas de atuação esporádica e desvinculados das universidades, como é o caso do projeto Rondon] (Frutuoso; Silva, 2024).

A terceira etapa tem sido marcada pelo surgimento de novas demandas: “1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços” (Paula, 2013, p.15). Pode-se acrescentar ainda aquelas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Deus, 2018). Há o reconhecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, expressa na Constituição de 1988 (Brasil, 1988, 2018) e em planos e programas posteriores, como extensão como uma função da universidade na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996). A criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras (FORPROEX), em 1987, e sua posição

de que a extensão é uma “via de mão-dupla” e é o meio pelo qual “o **saber acadêmico** e o **saber popular** se reencontravam” representaram um avanço (Gadotti, 2017, p.2). Mais recentemente a curricularização da extensão universitária (Brasil, 2018) tem apontado para o seu fortalecimento.

Com base nessa perspectiva, a pergunta norteadora do debate foi “**pesquisa e a extensão universitárias: para que e para quem?**”. Parte-se do princípio de que essas questões remetem ao sentido da universidade e sua relação dialógica com a sociedade e com o potencial transformador dessa interação para ambas as partes (Deus, 2018). Para Rubem Alves (1975), o cientista depara-se com uma questão ética ao perguntar o sentido (para que) do conhecimento, pois pede-se que “ele dê contas da **função social real** do seu conhecimento, do resultado social de suas investigações” (Alves, 1975, p.36). Finalmente pode-se apresentar, de forma sucinta, o que foi discutido e que pode colaborar com esta reflexão.

O primeiro palestrante foi o Professor Dr. Frederico de Melo B. Tavares, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, que abordou o tema “Universidade, sociedade e cultura de pós-graduação”. A partir de um panorama abrangente da evolução da pós-graduação no Brasil, ele enfatiza a necessidade de defender uma cultura de pós-graduação que vá além da formação de pessoal ou dos inúmeros indicadores institucionais. A promoção de uma cultura de pós-graduação passa pelo seu cotidiano, pelo seu diálogo com a graduação, pela interação com a sociedade e suas demandas (“ciência engajada”), e pela pesquisa e inovação. Enfatizou que a pós-graduação é política, no sentido de que todas as pesquisas, de alguma maneira, são políticas, pois falam da sociedade e são por ela sustentadas. Destacou alguns desafios tais como o reconhecimento institucional, a profissionalização da pesquisa, a mudança do perfil dos pesquisadores e a própria crise da ciência, dentre outros.

O segundo palestrante foi o Professor Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que discorreu sobre o tema “Extensão & PPGs: realidades, possibilidades e ameaças”. Ele propôs uma reflexão crítica acerca da trajetória da extensão, a qual deve ser um espaço de produção de conhecimento. Ressaltando a necessidade de abordagens metodológicas que sejam dialógicas, empáticas e não “extrativista de dados”, ou seja, nas quais o “fazer extensão” seja um fazer coletivo.

A terceira palestrante foi a advogada e doutoranda em Direito Fernanda de Mendonça Melo (UFMG), que apresentou o projeto de extensão “Clínica de Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas da Faculdade de Direito”, vinculado à pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Minas da UFMG. A clínica foi criada em 2015 e presta assistência jurídica integral e gratuita às vítimas. Ela apresentou as diversas atividades de educação, pesquisa e extensão e seu impactos tanto no público-alvo quanto nos docentes e discentes envolvidos.

Finalmente destaca-se que cabe às universidades refletirem sobre o seu papel na construção de alternativas para as complexas demandas existentes na sociedade.

Palavras-chave: universidade; pós-graduação; extensão universitária; pesquisa.

Data de submissão: 06/11/2024

Data de aprovação: 14/11/2024

REFERÊNCIAS

ALVES, R. Pesquisa: para quê?. Reflexão, v.1, n.1, 1975. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reflexao/article/view/11178>.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 7/2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024 e dá outras providências. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes/resolucoes-cne-ces-2018>. Acesso em: 25 set. 2024.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. Plano Nacional de Pós-graduação 2024–2028: versão preliminar para consulta pública. Brasília: MEC, 12 dez. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/19122023_pnpg_2024_2028.pdf

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. Portaria CAPES Nº 99, de 9 de Abril de 2024. Institui o Censo da Pós-Graduação stricto sensu brasileira. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=14703>

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR [CAPES]. Painel de Dados do Observatório da Pós-Graduação. s.d. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/painel>. Acesso em: 1 out. 2024.

DEUS, Sandra de Fátima Batista. A extensão universitária e o futuro da universidade. Espaço pedagógico, v. 25, n. 3, p. 624–633, set./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/8567>.

FRUTUOSO, Antonio Marcos Ribeiro; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Uma abordagem sobre os fundamentos da extensão universitária: histórico-conceitual, política pública, inclusão e interdisciplinaridade. Revista Brasileira de Extensão Universitária, v.15, n.2, p.211–227, mai.-ago. 2024. Disponível em:

GADOTTI, Moacir. Extensão Universitária: Para quê? São Paulo: Instituto Paulo Freire, fev. 2017. Disponível em: https://www2.unifap.br/prosear/files/2023/06/arq20230615_Extensao_Universit-MoacirGadotti_fev2017.pdf

KATO, Fabiola Bouth Grello; FERREIRA, Luciana Rodrigues. A política de expansão e financiamento a pós-graduação: as diretrizes do PNPGE (2011–2020) e PNE (2014–2024). RBPGE, v. 32, n. 3, p. 677 – 697, set./dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/68569/39679>

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. Interfaces – Revista de Extensão da UFMG, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 5–23, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18930>.